

A propositura foi baixada em diligência à AGESTRANSP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro, que identificou, na propositura, a carência de fonte de custeio, uma vez o Fundo de Combate à Pobreza, conforme disposto no Art. 4º, não possui em seu rol de prioridades o custeio ao transporte. Neste sentido, apresentamos emenda modificativa.

Diante do exposto, por ser notória a importância e por haver suporte constitucional para a propositura da matéria, meu parecer é pela CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA, do Projeto de Lei nº 2013/2013.

EMENDA MODIFICATIVA
Modifica o Art. 4º que passará a ter a seguinte redação:
"Art. 4º As dotações orçamentárias consignadas ao Fundo Estadual de Transportes instituído pela Lei nº 2828/2009, cobrirão as despesas decorrentes da aplicação desta Lei."
Sala das Comissões, 23 de março de 2022.
(a) Deputado CARLOS MINC, Relator

III - CONCLUSÃO
A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2022, aprovou o parecer do relator pela CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA, do Projeto de Lei nº 2013/2013.
Sala das Comissões, 11 de maio de 2022.
(a) Deputados MÁRCIO PACHECO, Presidente; RODRIGO AMORIM, LUIZ PAULO, CARLOS MINC, ROSENVERG REIS, membros efetivos e WALDECK CARNEIRO, suplente.

*(Replicado por ter saído com correções no D.O. de 13/05/2022.)

PARECER

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA À EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 849/2015 QUE "DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE VEÍCULOS PELO PODER PÚBLICO".
Autoria: Deputado BRUNO DAUAIRE
Autores da emenda: Deputados MARCELO FREIXO, FLÁVIO SERAFINI, ELIOMAR COELHO
Relator: Deputado LUIZ PAULO

(CONTRÁRIO)

I - RELATÓRIO
Trata-se de emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 849/2015 que "dispõe sobre a remoção de veículos pelo Poder Público".

II - PARECER DO RELATOR
O projeto de lei recebeu uma emenda de plenário de autoria dos Deputados Marcelo Freixo, Flávio Serafini e Eliomar Coelho. A emenda apresentada não contribui para o aperfeiçoamento da proposição e deve ser rejeitada.
Diante do exposto, meu parecer à emenda de plenário ao projeto de lei nº 849/2015 é CONTRÁRIO.
Sala das Comissões, 11 de maio de 2022
(a) Deputado LUIZ PAULO - Relator

III - CONCLUSÃO
A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2022, aprovou o parecer do relator CONTRÁRIO À EMENDA ao Projeto de Lei nº 849/2015.
Sala das Comissões, 11 de maio de 2022.
(a) Deputados MÁRCIO PACHECO, Presidente; LUIZ PAULO, CARLOS MINC, ROSENVERG REIS, membros efetivos; WALDECK CARNEIRO, suplente.

*(Replicado por ter saído com correções no DO de 13/05/2022.)

PARECER

DA COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER AO PROJETO DE LEI Nº 2563/2020, QUE AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE PARTIDAS ESPORTIVAS, COM PORTÕES FECHADOS E ADOTADAS TODAS AS MEDIDAS DE SEGURANÇA, DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
Autores: Deputados RODRIGO AMORIM, JORGE FELIPPE NETO, ANDRÉ CECILIANO, GUSTAVO SCHMIDT
Relator: Deputado DANNIEL LIBRELO

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO
Trata-se da análise de projeto de lei, que autoriza a realização de partidas esportivas, com portões fechados e adotadas todas as medidas de segurança, durante o período da pandemia de covid-19, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

II - PARECER DO RELATOR

A proposição é relevante uma vez que trata de questão importantíssima que é a preservação da saúde e da vida dos atletas e demais trabalhadores envolvidos nas partidas esportivas, durante o período da pandemia da COVID-19.
Diante do exposto, meu parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 2563/2020.
Sala das Comissões, 15 de fevereiro de 2022
Deputado DANNIEL LIBRELO - Relator

III - CONCLUSÃO
A COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER, na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2022, aprovou o parecer do Relator, FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 2563/2020.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2022
(a) Deputados WELLINGTON JOSÉ - Vice-Presidente no exercício da Presidência; BEBETO, DANNIEL LIBRELO membros efetivos, e MARCELO DINO membro suplente.

PARECER

DA COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER AO PROJETO DE LEI Nº 4674/2021, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO A PRÁTICA DE ESPORTES PARA IDOSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Autor: Deputado DANNIEL LIBRELO
Relator: Deputado BEBETO

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO
Trata-se da análise de projeto de lei 4674/2021, que versa sobre instituir na política estadual de incentivo a prática de esportes para idosos e dá outras providências.

II - PARECER DO RELATOR
Entendemos que a matéria é relevante, e carrega em seu objeto um favorecimento voltado aos nossos idosos, o esporte é fundamental, principalmente na faixa etária a qual proposição menciona. Motivo pelo qual nosso parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4674/2021
Sala das Comissões, 12 de maio de 2022.
(a) Deputado BEBETO - Relator

III - CONCLUSÃO
A COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER, na 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2022, aprovou o parecer do Relator, FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4674/2021.
Sala das Comissões, 19 de maio de 2022
(a) Deputados WELLINGTON JOSÉ - Vice-Presidente no exercício da Presidência; BEBETO e DANNIEL LIBRELO membros efetivos, e MARCELO DINO membro suplente.

PARECER

DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 221/2015, QUE "ALTERA A LEI 6.162 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE "ANTECIPA A IMPLEMENTAÇÃO DA MAJORAÇÃO VENCIMENTAL ESTABELECIDAS PELAS LEIS Nº 5.767 E 5.768, DE 29 DE JUNHO DE 2010, ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 658, DE 05 DE ABRIL DE 1983, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
Autor: Deputado ANDRÉ LAZARONI
Relator: Deputado MARCIO CANELLA
(CONTRÁRIO, CONCLUINDO PELA TRANSFORMAÇÃO EM INDICAÇÃO LEGISLATIVA)

I - RELATÓRIO
Trata-se do Projeto de Lei nº 221/2015, de autoria do nobre Deputado André Lazaroni, que altera a Lei 6.162, de 09 de fevereiro de 2012, que "antecipa a implementação da majoração vencimental estabelecida pelas Leis nº 5.767 e 5.768, de 29 de junho de 2010, altera a redação do artigo 4º da Lei nº 658, de 05 de abril de 1983, e dá outras providências."

II - PARECER DO RELATOR
Não obstante o mérito da presente proposição no intuito de ajustar o valor do auxílio transporte das categorias mencionadas, tem-se por acertada a conclusão da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa no sentido de que a matéria ora abordada é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, por versar sobre benefícios à servidores públicos do Estado.

Diante deste insanável vício de Iniciativa que torna o Projeto Inconstitucional, a única alternativa para aproveitar o seu mérito é transformá-lo em Indicação legislativa, de forma a sinalizar ao Executivo a pertinência do tema e do debate desenvolvido neste Parlamento.

Em razão do exposto, meu parecer ao Projeto de Lei nº 221/2015, acompanhando o douto Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, é CONTRÁRIO, CONCLUINDO PELA TRANSFORMAÇÃO EM INDICAÇÃO LEGISLATIVA.
Sala das Comissões, em 22 de março de 2022.
(a) Deputado MARCIO CANELLA - Relator

III- CONCLUSÃO
A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 4ª Reunião Extraordinária Remota, realizada em 24 de maio de 2022, aprovou o parecer do Relator CONTRÁRIO, CONCLUINDO PELA TRANSFORMAÇÃO EM INDICAÇÃO LEGISLATIVA, ao Projeto de Lei nº 221/2015
Sala das Comissões, 24 de maio de 2022.
(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, ANDERSON MORAES, ZEIDAN, LUIZ PAULO - Membros Efetivos

PARECER

DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 786/2015, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM AS PREFEITURAS E OS CLUBES SÓCIO-RECREATIVOS PARA UTILIZAÇÃO DOS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS QUE NÃO TENHAM QUADRAS POLIESPORTIVAS".
Autor: Deputado PAULO RAMOS
Relator: Deputado LUIZ PAULO

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO
Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Ramos, que autoriza o poder executivo a firmar convênio com as prefeituras e os clubes sócio recreativos para utilização dos alunos de escolas públicas estaduais e municipais que não tenham quadras poliesportivas.

II - PARECER DO RELATOR

O projeto de lei em exame pretende autorizar o Poder Executivo a firmar convênios com as Prefeituras e Clubes para o aproveitamento de alunos de escolas públicas (estaduais e municipais) que não tenham quadras poliesportivas.
A justificativa pauta-se, basicamente, na ideia de que a celebração dos convênios em questão tende a mitigar a insuficiência de quadras nas escolas públicas municipais.
A proposição, de iniciativa elogiável, consubstancia importante ferramenta para ampliar a oferta de quadras poliesportivas aos alunos da rede pública estadual e municipal, contribuindo, assim, para o fomento das atividades esportivas praticadas por crianças e adolescentes (Art. 217 e 227 da CF/88).
Mostra-se, ainda, dentro da competência legislativa autorizada pelo art. 24, IX, da CF/88, revelando-se compatível com a técnica legislativa.

Desse modo, por não impor ao Poder Executivo nenhum encargo financeiro por ocasião da proposição apresentada, ou, ainda, por não representar qualquer aumento de despesa ao erário, voto favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 786/2015.

Diante do exposto, apresento parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 786/2015.

Sala das Comissões, 08 de fevereiro de 2022.
(a) Deputado LUIZ PAULO - Relator

III- CONCLUSÃO
A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 4ª Reunião Extraordinária Remota, realizada em 24 de maio de 2022, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei nº 786/2015
Sala das Comissões, 24 de maio de 2022.
(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, ANDERSON MORAES, ZEIDAN, LUIZ PAULO - Membros Efetivos

PARECER

DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 1991/2016, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CONCEDER INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRABALHO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
Autora : Deputada ENFERMEIRA REJANE
Relator: Deputado MARCIO CANELLA

(CONTRÁRIO, CONCLUINDO PELA TRANSFORMAÇÃO EM INDICAÇÃO LEGISLATIVA)

I - RELATÓRIO
Trata-se do Projeto de Lei nº 1991/2016, de autoria da nobre Deputada Enfermeira Rejane, que dispõe sobre a obrigatoriedade de conceder indenização por acidente de trabalho aos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

II - PARECER DO RELATOR

Não obstante o mérito da presente proposição, no intuito de instituir um o direito à indenização por acidente de trabalho aos servidores públicos do Estado que atuam na área da Saúde, tem-se por acertada a conclusão da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa no sentido de que a matéria ora abordada é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, por versar sobre regime jurídico de servidores públicos do Estado.

Diante deste insanável Vício de Iniciativa que torna o Projeto Inconstitucional, a única alternativa para aproveitar o seu mérito é transformá-lo em Indicação legislativa, de forma a sinalizar ao Executivo a pertinência do tema e do debate desenvolvido neste Parlamento.

Em razão do exposto, meu parecer ao Projeto de Lei nº 1991/2016, acompanhando o douto parecer da Comissão de Constituição e Justiça, é CONTRÁRIO, CONCLUINDO PELA TRANSFORMAÇÃO EM INDICAÇÃO LEGISLATIVA.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 2022.
(a) Deputado MARCIO CANELLA - Relator

III- CONCLUSÃO
A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 4ª Reunião Extraordinária Remota, realizada em 24 de maio de 2022, aprovou o parecer do Relator CONTRÁRIO, CONCLUINDO PELA TRANSFORMAÇÃO EM INDICAÇÃO LEGISLATIVA, ao Projeto de Lei nº 1991/2016
Sala das Comissões, 24 de maio de 2022.
(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, ANDERSON MORAES, ZEIDAN, LUIZ PAULO - Membros Efetivos

PARECER

DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 4554/2018, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA SAÚDE DA DOENÇA DE YERSINIOSE, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".
Autor: Deputado ÁTILA NUNES
Relator: Deputado LUIZ PAULO

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO
Trata-se de projeto de lei, de autoria do Deputado Átila Nunes, que dispõe sobre a criação de Programa de Prevenção da Saúde da Doença de Yersiniose, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro".

II - PARECER DO RELATOR

O projeto de lei em exame pretende criar, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o Programa de Prevenção da Saúde à Doença de Yersiniose, a fim de promover a conscientização da doença com o objetivo de potencializar as ações contínuas desenvolvidas pelo Poder Executivo, bem como sensibilizar a população.

A justificativa pauta-se, basicamente, na ideia de que a aprovação do projeto de lei pode contribuir para a identificação precoce da doença e propiciar, assim, tratamentos mais eficientes.

A proposição, de iniciativa elogiável, consubstancia importante ferramenta em prol da saúde pública, indo ao encontro da diretriz traçada pelo inciso II, do art. 198 da CF/88, onde se estabelece prioridade para as atividades preventivas.

Mostra-se, ainda, dentro da competência legislativa autorizada pelo art. 24, XII, da CF/88, revelando-se compatível com a técnica legislativa.

Desse modo, considerando que as despesas decorrentes da execução de tal política pública correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, voto favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 4554/2018.

Diante do exposto, apresento parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4554/2018.

Sala das Comissões, 08 de fevereiro de 2022.
(a) Deputado LUIZ PAULO -Relator

III- CONCLUSÃO
A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, na 4ª Reunião Extraordinária Remota, realizada em 24 de maio de 2022, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei nº 4554/2018
Sala das Comissões, 24 de maio de 2022.
(a) Deputados: MÁRCIO CANELLA - Presidente, MÁRCIO PACHECO, ANDERSON MORAES, ZEIDAN, LUIZ PAULO - Membros Efetivos

PARECER

DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇA, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE AO PROJETO DE LEI Nº 4564/2018, QUE "DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES NÃO IDENTIFICADOS NA REDE DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO".
Autora: Deputada MARTHA ROCHA
Relator: Deputado LUIZ PAULO

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO
Trata-se de projeto de lei, de autoria da Deputada Martha Rocha, que dispõe sobre a identificação de pacientes não identificados na rede de saúde do Estado do Rio de Janeiro.

II - PARECER DO RELATOR

O projeto de lei em exame pretende impor, às unidades de saúde pública e privadas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, o encaminhamento das solicitações para a identificação de pacientes vivos ou identificação de cadáveres à Diretoria de Identificação Civil do DETRAN-RJ por meio eletrônico.

A justificativa pauta-se, basicamente, na ideia de que a aprovação do projeto de lei poderá contribuir para a identificação de pessoas desaparecidas, que estejam hospitalizadas ou que vierem a óbito nos hospitais.

A proposição, de iniciativa louvável, consubstancia relevante medida em prol da dignidade humana, que constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF/88).

Desse modo, considerando que os atos exigidos não ensejam despesas relevantes, tendo em vista o envio eletrônico das informações, e o fato de que as dotações orçamentárias contemplarão as respectivas despesas, voto favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 4564/2018.

Diante do exposto, apresento parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 4564/2018.
Sala das Comissões, 08 de fevereiro de 2022.
(a) Deputado LUIZ PAULO - Relator